

# REVISTA DE ARQUEOLOGIA

Volume 26 No.2 2013 / Volume 27 No.1 2014

PARTE 1. A PRODUÇÃO ACADÊMICA EM MUSEALIZAÇÃO DA ARQUEOLOGIA NO BRASIL

ARTIGO

## DOIS ENQUADRAMENTOS, UM MESMO PROBLEMA: OS DESAFIOS DA RELAÇÃO ENTRE MUSEUS, SOCIEDADE E PATRIMÔNIO ARQUEOLÓGICO.

Camila A. de Moraes Wichers\*

### RESUMO

O artigo sintetiza as contribuições teóricas e os avanços metodológicos de dois trabalhos acadêmicos que, a partir das óticas disciplinares da Museologia e Arqueologia, defendem a Musealização da Arqueologia como caminho para a aproximação entre patrimônio arqueológico e sociedade. A tese em Museologia “Museus e antropofagia do patrimônio arqueológico: (des) caminhos da prática brasileira”, defendida na Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias, aborda a relação entre museus e patrimônio arqueológico no Brasil, propondo a integração entre abordagens pós-processuais da Arqueologia com a Sociomuseologia. Por seu turno, a tese em Arqueologia “Patrimônio Arqueológico Paulista: proposições e provocações museológicas”, defendida na Universidade de São Paulo, verticaliza a análise anterior no território paulista, avançando na proposição de conceitos, métodos e estratégias de trabalho.

**Palavras-chave:** Musealização da Arqueologia, Sociomuseologia, Arqueologias Pós-Processuais

### ABSTRACT

The article summarizes the theoretical contributions and the advances in methodology of two academic works that, from a Museology and archeology disciplinary point of view, defend the Archaeology's Musealization as a way of approaching society and archeological heritage. The Museology thesis “Museums and anthropophagy of the archeological heritage: paths and misleadings of the Brazilian practice”, defended in the University Lusófona of Humanities e Technologies discusses the relationship between museums and archeological heritage in Brazil, proposing the integration between archeology's post-processual approaches and Sociomuseology. For its part, the Archeology thesis “Archeological Heritage in São Paulo state: museological propositions and provocations”, defended at the University of São Paulo, verticalizes the previous analysis in the São Paulo territory, advancing with the propositions of concepts, methods and work strategies.

**Key words:** Musealization of Archaeology, Sociomuseology, Postprocessual Archaeologies

\* Professora Adjunta da Faculdade de Ciências Sociais da Universidade Federal de Goiás.

E-mail: camora21@yahoo.com.br

## INTRODUÇÃO

As instituições museológicas são antropofágicas, ressignificam fragmentos do patrimônio para parcelas da sociedade. Analisar a inserção do patrimônio arqueológico nos museus é um exercício complexo, dado que uma peculiaridade caracteriza a interface entre Arqueologia e Museologia: a antropofagia museológica se desenvolve sobre uma antropofagia arqueológica.

Essa complexa rede inicia-se na própria coleta dos vestígios que fizeram parte da dinâmica social, econômica e cultural das sociedades estudadas, evidências que sobreviveram ao tempo e que conformam o contexto arqueológico. Contudo, a pesquisa arqueológica não aborda esse contexto de forma integral. Ela opera seleções, configurando práticas de colecionamento<sup>1</sup>, projetando apenas parcelas do contexto arqueológico na esfera patrimonial. No contexto museológico, os processos de salvaguarda e comunicação desses vestígios, agora semióforos (POMIAN, 1984), também são antropofágicos, operam recortes e tem o poder de ressignificar essas evidências.

O conceito de antropofagia, proposto por Chagas (2005), caracteriza o processo seletivo e devorador dos museus, seu poder em incorporar aspectos materiais e imateriais das sociedades, ressignificando-os. Denomino de antropofagia arqueológica a apropriação e ressignificação feita pela Arqueologia, que seleciona aspectos da materialidade das sociedades, alçando-os a patrimônio. Por sua vez, a antropofagia museológica se dá nos processos de musealização desse patrimônio, onde novas apropriações, recortes e metamorfoses de sentido são efetivados.

Essa dupla antropofagia é caracterizada por tensões entre passado e presente, entre memória e esquecimento, carregando ainda uma marca de violência com relação ao passado.

Gnecco (2009), ao examinar a Arqueologia latino-americana, chama atenção para sua vinculação com uma violência epistêmica, denunciando a estreita correlação entre Arqueologia e práticas colonialistas. Embora o cenário brasileiro tenha sido marcado por especificidades em relação ao contexto trazido à baila pelo autor, também trilhou os caminhos da violência epistêmica, uma vez que significou o vínculo entre o conhecimento construído pela Arqueologia e o exercício de um poder disciplinar. A construção do imaginário da “civilização” exigia necessariamente a produção de sua contraparte: o imaginário da “barbárie”, atrelada aos grupos indígenas, tarefa efetivada pela Arqueologia (FERREIRA, 2002, 2007).

Chagas (2005) denuncia que há uma gota de sangue em cada museu e adverte:

“Reconhecer o poder antropofágico do museu, a sua agressividade e o seu gesto de violência em relação ao passado é, ao que me parece, um passo importante, mas talvez o maior desafio seja reconhecer que essas instituições criam e acolhem o humano e, por isso mesmo podem ser devoradas. Devorar e ressignificar os museus, eis um desafio para as novas gerações” (CHAGAS, 2005: 19).

---

<sup>1</sup> Regina Abreu (2007) aplicou o conceito de “práticas de colecionamento” ao contexto das pesquisas antropológicas, aqui aplico esse conceito ao campo de estudo da Arqueologia.

Reconhecendo o caráter violento dessa dupla antropofagia, que se dá na seleção e na musealização dos vestígios arqueológicos, mas, sobretudo, impulsionada pelo desafio de contribuir para o campo da Musealização da Arqueologia, desenvolvi dois trabalhos acadêmicos.

Na tese em Museologia “Museus e antropofagia do patrimônio arqueológico: (des) caminhos da prática brasileira” (MORAES WICHES, 2010), analisei os descaminhos e desencontros da díade Museus/ Museologia – Patrimônio Arqueológico/ Arqueologia no Brasil, assim como propus caminhos e encontros. Parti de uma abordagem histórica dessa relação, delineando as mentalidades que marcaram o distanciamento entre esses campos, assim como aprofundi a análise dessa relação na contemporaneidade, marcada por um aumento expressivo das pesquisas arqueológicas relacionadas ao licenciamento ambiental de empreendimentos. Por fim, apliquei as perspectivas da Sociomuseologia na concepção do programa de socialização dos recursos arqueológicos resgatados no âmbito da Ferrovia Transnordestina. O programa delineado foi entendido enquanto síntese da complexa, mas necessária, teia de relações entre Arqueologia e Museologia no cenário brasileiro contemporâneo. Como caminho de superação dos obstáculos apresentados ao longo da tese, propus o entrelaçamento teórico entre a Sociomuseologia e as Arqueologias Pós-Processuais.

Na tese “Patrimônio Arqueológico Paulista: proposições e provocações museológicas” (MORAES WICHES, 2011), verticalizei a análise realizada no trabalho anterior, tomando como campo de estudo o território paulista. A contribuição teórica relacionada à integração de perspectivas das Arqueologias Pós-Processuais com a Sociomuseologia foi aprofundada, trazendo ainda avanços metodológicos: a definição e a operacionalização de alguns conceitos caros à Musealização da Arqueologia, como realidade arqueológica, território patrimonial e cadeia operatória museológica.

Em ambas as teses as experimentações e proposições museológicas foram compreendidas como espaços de construção do conhecimento na área, a partir da relação entre reflexão e ação.

No presente artigo, selecionei alguns aspectos do extenso caminhar que resultou na elaboração das teses. Dessa forma, parto da indagação principal que moveu ambas as pesquisas, a saber: o distanciamento entre prática arqueológica e sociedade. Passo a delinear a escolha do olhar museológico e, em especial a integração teórica entre as Arqueologias Pós-Processuais e a Sociomuseologia, assim como conceitos operacionais da Musealização da Arqueologia. Sintetizo, então, algumas reflexões decorrentes da análise do cenário contemporâneo. Por fim, apresento ideias decorrentes de projetos de intervenção desenvolvidos antes, durante e após a elaboração das teses, compreendidos enquanto experimentações que deflagram reflexões constantes a respeito da problemática aqui abordada.

## UM PROBLEMA INICIAL: COMO APROXIMAR A ARQUEOLOGIA DA SOCIEDADE?

Ao longo da minha prática no campo disciplinar da Arqueologia, o distanciamento entre os discursos produzidos pelas pesquisas e a sociedade, em um amplo senso, me provocou um intenso estranhamento. Tais pesquisas configuram aquilo que denominamos de “patrimônio arqueológico”, evidências selecionadas pelos arqueólogos e que no Brasil se tornam bens da União - o que reserva sua manipulação aos especialistas. Dessa forma, coleções e narrativas arqueológicas representam um desafio específico para a relação entre Arqueologia e Sociedade. Ademais, estamos tratando de um cenário onde, muitas vezes, o patrimônio arqueológico é atrelado a empreendimentos que acarretam impactos negativos nas sociedades envolvidas.

A despeito desses desafios, parto da premissa de que esses vestígios podem ter uma relevância social, uma vez que a prática arqueológica e suas correspondentes coleções e narrativas podem participar de espaços que façam visíveis as forças sociais do passado, suas tensões e contradições. Pensar nas omissões e exclusões que configuram a memória social é refletir também sobre as omissões e exclusões do presente. Dessa forma, vejo a prática arqueológica como uma ferramenta que pode jogar luz às contradições do passado e do presente. Mais que um vestígio do passado, o patrimônio arqueológico é um fenômeno contemporâneo, construído no presente. Contudo, o cenário atual da Arqueologia Brasileira tem evidenciado desafios específicos no que concerne ao uso plural desses recursos, desafios que requerem um olhar interdisciplinar.

### A ESCOLHA DO OLHAR MUSEOLÓGICO

Em uma perspectiva histórica, os vestígios arqueológicos estão associados ao colecionismo, aos gabinetes de curiosidades e à própria gênese dos museus. Assim como os museus, a Arqueologia também esteve associada à colonização, ao saque e ao extermínio. No Brasil, o ‘nascimento’ da Arqueologia ocorreu no cenário das instituições museológicas. Contudo, essa relação de cumplicidade – para o bem e para o mal – foi dando lugar a um estranhamento. Embora fisicamente associados, uma vez que a pesquisa arqueológica gera um sem-número de objetos patrimoniais que se destinam às reservas técnicas e exposições, a relação entre esses campos do conhecimento passou a ser caracterizada por um afastamento.

Bruno (1995), ao analisar o panorama brasileiro, indicou a circunscrição das fontes arqueológicas ao terreno das “memórias exiladas”, mostrando que o patrimônio arqueológico tem ocupado papel coadjuvante nas interpretações relativas à cultura brasileira. Ao longo das teses aqui abordadas, retomei as reflexões pontuadas pela autora, sintetizando alguns pontos da relação entre Museologia e da Arqueologia, no país e no território paulista, em uma perspectiva histórica, conforme sintetiza a Tabela 1:

**Tabela 1.** Síntese da relação entre Museus e Prática Arqueológica, com base em Moraes Wichers (2010, 2011)

|                                      | Contexto Brasileiro                                                                                                                                                                                                                                                                                          | Contexto Paulista                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                           |
|--------------------------------------|--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| Primeiro Movimento (Século XIX-1920) | Convergência e cumplicidade entre Museus e Prática Arqueológica                                                                                                                                                                                                                                              |                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                             |
|                                      | A prática arqueológica estava inserida nos primeiros museus brasileiros: o Museu Nacional, no Rio de Janeiro; o Museu Paraense Emilio Goeldi, em Belém; o Museu Botânico do Amazonas, em Manaus; o Museu Paulista, em São Paulo e o Museu Paranaense, em Curitiba.                                           | O Museu Paulista, no início do século XX, sob a direção de Ihering, também foi palco da dicotomia entre um ‘índio’ matriz de uma história nacional e um ‘índio’ a ser extinto em função do progresso. Museu e prática arqueológica, com olhares cúmplices, adotaram, assim, posturas colonialistas.                                                                                                                                         |
|                                      | A prática arqueológica buscava vestígios de civilizações que pudessem figurar na construção da nação - tratamento dado ao “índio histórico”, de preferência extinto. Por outro lado, discursos também procuravam comprovar a ‘debilidade’, justificar o controle ou mesmo extinção do “índio contemporâneo”. | Na Arqueologia Paulista os sambaquis assumiram, desde o século XIX, papel de destaque. Essa predileção na seleção do patrimônio arqueológico está imbricada ao fato de que esses sítios possibilitavam a formação de coleções e narrativas que poderiam dar suporte a uma determinada ideia de nação.                                                                                                                                       |
|                                      | Exposição Antropológica de 1882: discurso capaz de entrelaçar essas narrativas e de marcar a Musealização da Arqueologia Brasileira na longa-duração.                                                                                                                                                        |                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                             |
| Segundo Movimento (1920-1950)        | Estranhamento entre Museus e Prática Arqueológica                                                                                                                                                                                                                                                            |                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                             |
|                                      | Construção da história da cultura brasileira no período demonstrou o sistemático abandono das fontes arqueológicas, do passado pré-colonial.                                                                                                                                                                 | Arqueologia assumiu papel coadjuvante no Museu Paulista.                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                    |
|                                      | No âmbito das estratégias do Estado brasileiro para construção da nação, algumas representações tornaram-se hegemônicas, especialmente aquelas relacionadas à arquitetura barroca colonial.                                                                                                                  | Prática de profissionais de áreas afins e arqueólogos amadores marcou período. Destacam-se: Manuel Pereira de Godoy, a Sociedade Arqueológica Brasileira de Amadores (encabeçada por Kiju Sakai) e o grupo devotado às pesquisas de Etnografia e Folclore, liderado por Mário de Andrade. Esses casos evidenciam o entrelaçamento entre prática arqueológica e imaginação museal, pois esses profissionais criaram espaços de musealização. |
|                                      | Os vestígios arqueológicos no Brasil enquadram-se raramente no conceito ocidental de ‘excepcional’ expresso no Decreto-lei de 1937.                                                                                                                                                                          |                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                             |
|                                      | As pesquisas arqueológicas do Museu Nacional continuavam sendo direcionadas às mencionadas "riquezas arqueológicas" - a relação entre esse museu e o SPHAN foi estreitíssima no período.                                                                                                                     |                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                             |
| Terceiro Movimento (1950-1990)       | Consolidação do afastamento entre Museus e Prática Arqueológica                                                                                                                                                                                                                                              |                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                             |
|                                      | Movimento arqueológico-universitário (Bruno, 1995): configurado pela especialização das áreas do conhecimento e pela expansão dos laboratórios e centros de pesquisa nas universidades, em detrimento da identidade museológica.                                                                             | Movimento arqueológico-universitário foi ainda mais marcante em São Paulo, mais precisamente na USP, com três movimentos: o fortalecimento do Setor de Arqueologia do Museu Paulista, a estruturação do Instituto de Pré-História e a criação do Museu de Arte e Arqueologia (posteriormente Museu de Arqueologia e Etnologia).                                                                                                             |

|                                       |                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                     |                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                           |
|---------------------------------------|-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
|                                       | Cisão entre a prática arqueológica profissional e amadora, a partir da promulgação da Lei 1924 de 1961.                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                             | Paulo Duarte - postura humanista e ativista resultaria em práticas arqueológicas inovadoras no âmbito da construção do conhecimento em Arqueologia, bem como na sua socialização. Os sambaquis continuavam a ser o foco, mas agora a partir de um olhar preservacionista. O afastamento de Paulo Duarte, anos depois, pela ditadura militar, foi um golpe duro nessa experiência.                                                                         |
|                                       | A atuação de equipes estrangeiras, que ampliaram as pesquisas arqueológicas ao longo do território brasileiro, mas que não tinham ligação com nossa história social e cultural, foi determinante no processo que resultou no isolamento da Arqueologia e, consequentemente, na falta de articulação com outros segmentos patrimoniais.                                                                                                                                                                                                                                                                                                              | Ampliação dos museus do interior - atuação de Eurico Branco Ribeiro à frente do Rotary Club do Brasil e implantação dos Museus Históricos e Pedagógicos a partir da atuação de Vinício Stein Campos na Secretaria de Estado dos Negócios de Educação.<br>Contudo, nesses espaços os vestígios da "Pré-História" eram incorporados por exclusão, associados ao que deveria ser esquecido, ou lembrado como reflexo de um passado primitivo a ser superado. |
| <b>Quarto Movimento (1990- atual)</b> | <b>Caminhos de aproximação e rotas de afastamento entre Museologia e Arqueologia.</b>                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                               |                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                           |
|                                       | Ampliação da produção acadêmica no campo da Musealização da Arqueologia como caminho de aproximação; Consolidação da legislação ambiental possibilitou o crescimento das pesquisas arqueológicas, mas poucos projetos abordam a cadeia operatória museológica como um todo; No âmbito da comunicação museológica, a Portaria 230/02 possibilitou uma ampliação da relação entre prática arqueológica e sociedade, por meio dos Programas de Educação Patrimonial, mas não podemos deixar de apontar um reducionismo, uma vez que a comunicação museológica envolve processos mais amplos; A salvaguarda museológica continua sem parâmetros claros. |                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                           |

Conforme pontuado na tabela apresentada, a análise histórica da relação entre Museus e Prática Arqueológica, ou seja, entre os campos científicos da Museologia e Arqueologia, foi pautada por uma cumplicidade, que deu lugar a um estranhamento, passando a consolidação de um afastamento. No cenário contemporâneo, a interface Arqueologia – Museologia tem sido marcada por caminhos de aproximação e rotas de afastamento, resultantes da ampliação exponencial das pesquisas e, paralelamente, dos acervos arqueológicos.

No que concerne à necessidade de superação das barreiras existentes entre Arqueologia e sociedade, a escolha do olhar museológico é fundamental, uma vez que a Museologia organiza suas principais preocupações em dois níveis, a saber: "1º) identificar e analisar o comportamento individual e/ou coletivo do homem frente ao seu patrimônio. 2º) desenvolver processos técnicos e científicos para que, a partir dessa relação, o patrimônio seja transformado em herança e contribua para a construção das identidades." (Bruno, 1996: 10).

Enquanto o primeiro nível de preocupações integra a contribuição de diversas áreas do conhecimento, devotadas à relação entre patrimônio e sociedade em um eixo reflexivo, o segundo nível possui um caráter aplicado, campo no qual a Museologia pode contribuir de

forma significativa, tendo como objetivo e potencialidade a resolução de problemas evidenciados no primeiro nível.

Bruno (1996) destaca a potencialidade da Museologia em transformar o patrimônio em herança. Nesse sentido, penso que Museologia pode trabalhar também na patrimonialização daquilo que diversos grupos, comunidades e movimentos sociais consideram herança, mas que não foram contemplados pelas políticas patrimoniais. A despeito das críticas contemporâneas ao conceito de patrimônio, o mesmo tem um papel de destaque nas políticas culturais, assim como na luta por direitos humanos, o que demonstra a importância de práticas arqueológicas e processos museológicos que atuem na patrimonialização da herança de grupos historicamente excluídos das políticas culturais e patrimoniais.

Dessa forma, ao lidar com as tensões do passado e do presente, a Musealização da Arqueologia trabalha não apenas com a identidade, mas também com a diferença, com a tensão e com os paradoxos da memória. Os milhares de vestígios advindos das pesquisas arqueológicas, agora definitivamente espalhadas por todo o Brasil, ganham sentido quando explorados a partir de uma perspectiva museológica contemporânea, que visa à construção de uma nova prática social (SANTOS, 2008).

A Arqueologia, ao lidar com as relações sociais de produção, uso e descarte da cultura material, e a Museologia, ao compreender, teorizar, sistematizar e aprimorar a relação entre sociedade e patrimônio cultural, lançam olhares por vezes entrecruzados para os mesmos fenômenos. Arqueologia e Museologia têm, assim, caminhos entrelaçados. Tratamos aqui não de uma Museologia orientada apenas ao estudo de museus, mas de uma Museologia voltada ao estudo do “fato museal”, na concepção de Waldisa Rússio Guarnieri (GUARNIERI, 1990).

A escolha do olhar museológico deve-se ao fato de que a interface entre Arqueologia e Museologia permite que essas áreas de conhecimento desempenhem suas funções em todo seu potencial, o que me parece urgente no contexto brasileiro contemporâneo. É necessário um olhar museológico para a problemática em questão, qual seja, os milhares de vestígios gerados pelas pesquisas em andamento no país.

#### DE QUAL ARQUEOLOGIA ESTAMOS FALANDO? QUAL MUSEOLOGIA ESCOLHEMOS? – A PROPOSTA TEÓRICA

Conforme exposto, advogo que a interface entre Arqueologia e Museologia é fundamental no cenário contemporâneo. Contudo, falo aqui da interação de vertentes específicas desses campos, implicadas com o uso político e social dos museus e do patrimônio arqueológico.

Desde a segunda metade do século passado, expectativas e desafios presentes em diversos documentos produzidos por segmentos dos campos Museológico e Arqueológico vêm convergindo para uma mesma preocupação: qual o papel social do patrimônio no mundo contemporâneo?

Nas últimas décadas, a Museologia tem passado por mudanças teórico-metodológicas significativas, num esforço constante de democratização não apenas do acesso, mas

também da seleção e produção do patrimônio cultural. Essas mudanças resultaram em novas designações como Nova Museologia, Museologia Social, Sociomuseologia, Museologia Popular, Museologia Comunitária, entre outras, expressões estas que correspondem a diferentes enfoques sobre o objeto de estudo, mas que obedecem aos mesmos princípios essenciais que constituem a Museologia (RECHENA, 2011). Nesse sentido, a Sociomuseologia procura sintetizar o esforço de adequação das instituições museológicas à sociedade contemporânea (MOUTINHO, 2007), enfatizando o alargamento das funções tradicionais dos museus e o papel que essas instituições devem assumir na sociedade. A Sociomuseologia se coloca, assim, como área de ensino, pesquisa e ação que privilegia a articulação da Museologia em particular com áreas do conhecimento das Ciências Humanas, dos estudos do desenvolvimento, da Ciência dos Serviços e do Planejamento do Território (MOUTINHO, 2007), privilegiando a interdisciplinaridade e a intervenção social a partir do patrimônio.

Para Franco (2009) devem ser destacados três preceitos da Sociomuseologia: o conceito de multi e interdisciplinaridade, o comprometimento das ações museológicas com questões sociais e patrimoniais de mais amplo espectro, e o olhar acurado para questões de sustentabilidade das populações envolvidas e os possíveis reflexos nas condições globais de sobrevivência no planeta. Santos (2011) destaca que essa Museologia tem nos valores sociais e comunitários sua base de sustentação, vocacionada a superar a contradição entre desenvolvimento e preservação.

Por sua vez, as arqueologias pós-processuais têm salientado a subjetividade do conhecimento arqueológico, construído no presente, a partir de contextos sociais, políticos, econômicos e culturais que influenciam a produção científica (SHANKS, 2004). O “pós” que caracteriza as arqueologias pós-processuais está associado tanto ao fato dessas posturas se colocarem como críticas ao paradigma processual, que as antecedeu, como a sua aproximação às filosofias pós-modernas e à crítica pós-colonial. Ademais, como aponta Reis (2004), longe de ser homogênea, a Arqueologia pós-processual “É um saco de gatos. Esta arqueologia tem sido provocativa, inquietante, instigadora e ousada em suas propostas” (REIS, 2004: 69). Optei por utilizar o termo no plural - “arqueologias pós-processuais”, devido à diversidade das abordagens mencionadas.

Uma das principais questões colocadas pelas arqueologias pós-processuais reside nos significados simbólicos dos vestígios arqueológicos, que variam de contexto para contexto. Os arqueólogos pós-processualistas colocam o indivíduo como ator social, cujo contexto dará o significado ao registro arqueológico. Essas abordagens aceitam, assim, a falta de consenso nas interpretações do passado. É justamente nessa abertura, conclamada por Pearson e Shanks (2001 apud REIS, 2004), que reside o entrelaçamento com a Sociomuseologia, pois tal abertura possibilita novas leituras e ressignificações do contexto arqueológico. A ‘palavra’ do arqueólogo é uma, dentre outras opiniões sobre o passado, pois há muitas e plausíveis interpretações sobre o registro arqueológico. Os arqueólogos são, portanto, entendidos como construtores e intérpretes do passado (SHANKS e TILLEY, 1988; 1987/1992).

Assim, Gnecco (2008) aponta a necessidade de que os indivíduos representados também atuem como indivíduos representantes no novo cenário arqueológico contemporâneo, como agentes que questionem e discutam as representações construídas pelos arqueólogos ou, ainda, como membros de grupos que, mesmo não identificados com as narrativas arqueológicas construídas, outorgam novos sentidos e usos a essas narrativas.

Mais que nunca, a Arqueologia brasileira encontra-se diretamente relacionada ao poder do capital para proteger ou destruir o registro arqueológico (FUNARI E e ROBRAHN-GONZÁLEZ, 2008: 821). Grande parte do patrimônio arqueológico é resultado, no contexto atual, de pesquisas associadas ao licenciamento de empreendimentos diversos. Tais empreendimentos têm causado mudanças bruscas na organização das comunidades, chegando, até mesmo, a expropriá-las economicamente, socialmente e simbolicamente. Nesse sentido, as discussões a respeito da relação entre patrimônio e desenvolvimento são caras à Sociomuseologia (MOUTINHO, 2007). A musealização do patrimônio arqueológico deve ocorrer em espaços onde coleções e narrativas arqueológicas sejam apropriadas enquanto recursos impulsionadores de discussões e reflexões críticas acerca dos processos econômicos e sociais contemporâneos.

Dessa maneira, a interface entre Sociomuseologia e as Arqueologias Pós-Processuais surge como caminho para a superação dos dilemas aqui apresentados. Ainda que, no Brasil, grande parte da pesquisa arqueológica esteja associada à prática de ‘especialistas’ no âmbito do licenciamento ambiental de empreendimentos diversos, a premissa de que o conhecimento construído é subjetivo abre possibilidades de releitura das coleções e narrativas arqueológicas pelas comunidades. A Sociomuseologia apresenta estratégias que aprimoram a referida leitura.

Destaco, ainda, que esse campo de interface é marcado por relações dialéticas, pois tanto a Museologia como a Arqueologia se influenciam a todo o momento, ambas produzem narrativas, rompendo com uma possível dicotomia entre produção e socialização do conhecimento.

## COMO FAZEMOS ISSO? – CONCEITOS OPERACIONAIS E MÉTODOS DE TRABALHO

Os estudos arqueológicos têm a peculiaridade de resultar, em grande parte das vezes, na coleta de vestígios materiais cuja guarda é realizada por instituições museológicas.

Segundo Bruno (2007), a Musealização da Arqueologia envolve uma cadeia operatória composta por:

“procedimentos museológicos de salvaguarda (conservação e documentação) e comunicação (exposição e ação educativo-cultural), aplicados à realidade arqueológica, constituída a partir de referências patrimoniais, coleções e acervos. Por um lado, estes estudos buscam o gerenciamento e preservação destes bens patrimoniais e, por outro, têm a potencialidade de cultivar as noções de identidade e pertencimento” (BRUNO, 2007: 1)

Ao lidar com coleções advindas de áreas diferenciadas do conhecimento, a Museologia adquire um caráter necessariamente interdisciplinar, pois a seleção (coleta/ aquisição) desses acervos e coleções é condicionada por essas áreas. No caso da Arqueologia, a etapa inicial da cadeia operatória da Musealização da Arqueologia, a coleta/ aquisição, é realizada no bojo da própria pesquisa de campo, estando atrelada às posturas teóricas e metodológicas assumidas pela equipe de pesquisa. Defendo, como explicitado anteriormente, a necessária integração de uma Museologia renovada com novas formas de conceber a Arqueologia.

Entendo que a Musealização da Arqueologia deve, primeiramente, compreender a realidade arqueológica a ser musealizada, composta por (Figura1):

Sítios arqueológicos - os locais onde as evidências materiais são identificadas e reconhecidas como patrimônio arqueológico;

Coleções herdadas do passado - objetos advindos de trabalhos desenvolvidos anteriormente por pesquisadores, de estudos efetuados pelos denominados arqueólogos 'amadores' ou de coletas realizadas pelos membros da comunidade;

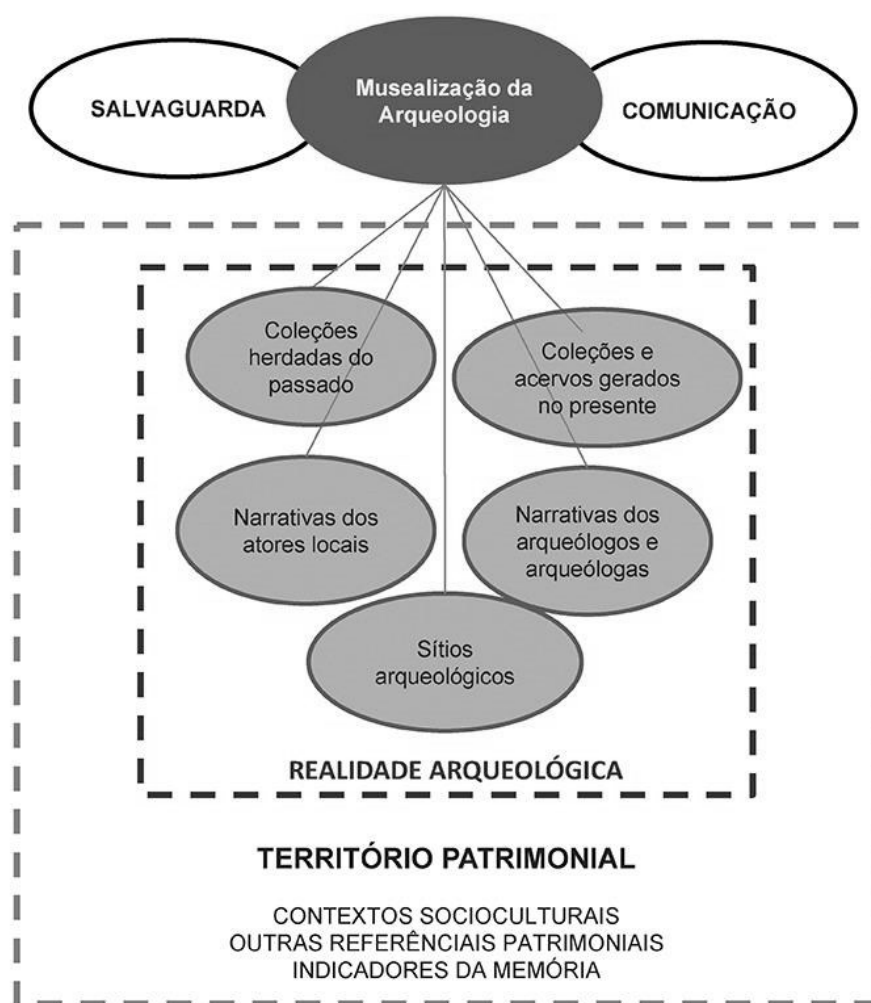
Coleções e acervos gerados na contemporaneidade, no âmbito da pesquisa arqueológica, os quais crescem exponencialmente, conforme apresentado adiante;

Narrativas arqueológicas, ou seja, os discursos construídos pelos arqueólogos e arqueólogas;

Narrativas dos atores locais, ou seja, os discursos construídos pela sociedade, envolvendo tanto àqueles formulados por atores diretamente relacionados aos vestígios materiais pesquisados, quanto os discursos produzidos por atores que não se identificam diretamente com tais vestígios, mas que também os ressignificam.

Chamo a atenção para o fato de que as narrativas a respeito dos vestígios arqueológicos também compõem a realidade arqueológica. As narrativas, como constituintes das identidades e construtoras da memória social, são matérias primas fundamentais da Musealização da Arqueologia. Nesse sentido, as narrativas construídas pelas comunidades, ressignificações e reapropriações desses vestígios no presente, são componentes fundamentais da pedagogia museológica da Arqueologia.

A realidade arqueológica é compreendida por meio do levantamento de projetos de pesquisa, acervos, coleções, histórias e memórias, assim como a partir do exame dos procedimentos de salvaguarda e comunicação existentes (ou ausentes).

**Figura 1.** Cadeia operatória da Musealização da Arqueologia

Devemos estar atentos para o fato de que a Musealização da Arqueologia é um enquadramento do objeto, mas, deve integrar outras vertentes e indicadores patrimoniais, uma vez que os objetos arqueológicos estão imersos em uma teia de significados. A realidade arqueológica associada à compreensão do perfil sociocultural do território abordado, bem como aos bens materiais (móveis e imóveis) e imateriais, referências culturais e indicadores da memória configuram o território patrimonial.

A Musealização da Arqueologia, ao lidar com os conceitos de memória social, identidades e pertencimento atua em um determinado espaço. MENESES (1987) aponta essa ligação com o espaço como vetor imprescindível para preservação do patrimônio arqueológico "O homem 'pertence' a um espaço. Ora, sou o que sou num espaço ocupado, habitado e, numa palavra, apropriado por muitos outros, muito antes de mim..." (MENESES, 1987: 189).

Cabe aqui uma pequena digressão sobre o conceito de território, utilizado aqui para compreendermos essa relação entre sociedade e espaço. Milton Santos propôs que o território fosse compreendido como uma mediação entre o mundo e a sociedade, como

categoria de análise social “O território são formas, mas o território usado são objetos e ações, sinônimo de espaço humano, espaço habitado” (SANTOS, 2005: 255). Para Cabral (2007), sob a noção de território, deve-se privilegiar a reflexão sobre o poder referenciado ao controle e à gestão do espaço. Nesse sentido, ao tomarmos o conceito de território na Musealização da Arqueologia, estamos destacando as relações de poder, o controle político do espaço, o que nos parece especialmente adequado se queremos refletir criticamente sobre o contexto contemporâneo, onde muitos projetos têm seu espaço de atuação definido a partir dos empreendimentos de natureza diversa, que delimitam o território patrimonial a ser pesquisado. A divisão política, seja municipal e estadual, também é um recorte possível para a análise do território patrimonial.

Dessa forma, um primeiro movimento a ser efetuado no âmbito da Musealização da Arqueologia é a leitura da realidade arqueológica e do território patrimonial, onde poderão ser projetados novos recortes patrimoniais e as evidências arqueológicas (Figura 1).

Um segundo movimento consiste na proposição de procedimentos museológicos de salvaguarda e comunicação devotados ao aprimoramento do uso qualificado (preservação) dos bens patrimoniais. A cadeia operatória museológica busca estabelecer o equilíbrio entre esses procedimentos. Enquanto as ações de salvaguarda estão associadas aos problemas de conservação e documentação, as questões expositivas e de ação educativo-cultural ficam entrelaçadas nas ações de comunicação (BRUNO, 1996). Ambos os domínios devem ser sempre amparados pelas ações de planejamento e avaliação.

Não obstante, a interface Arqueologia-Museologia, aqui proposta, tem esbarrado em alguns entraves no cenário contemporâneo, a seguir esboçados.

## UM MAPA DO CAOS: PRÁTICA ARQUEOLÓGICA E INSTITUIÇÕES MUSEOLÓGICAS NO CENÁRIO CONTEMPORÂNEO

No Brasil, ao longo das últimas décadas, a consolidação da legislação ambiental impulsionou o crescimento de projetos de pesquisa arqueológica no âmbito de empreendimentos de natureza diversa, configurando o campo de atuação da Arqueologia Preventiva. Esses projetos correspondem à grande parte dos estudos arqueológicos realizados no país (98%), gerando acervos significativos, quer do ponto de vista quantitativo, quer qualitativo, os quais podem e devem ser alvo de processos museológicos.

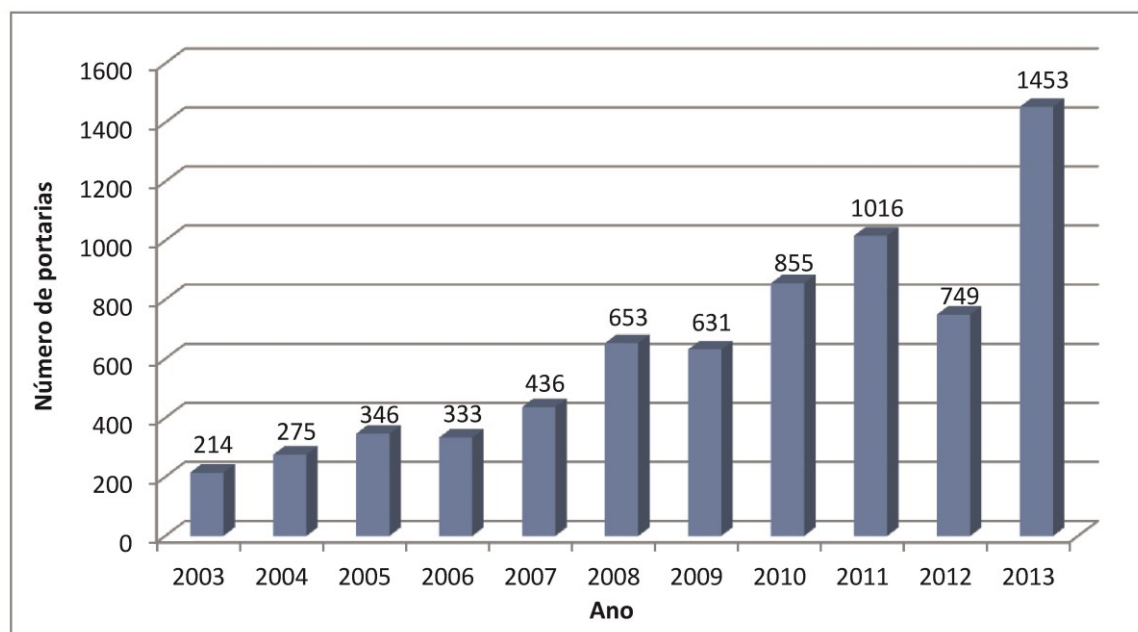
A análise das portarias emitidas entre 2003 e 2013<sup>2</sup>, no Diário Oficial da União, evidencia a amplitude da problemática aqui abordada. Nesse período foram emitidas 8013 portarias de pesquisa, dentre as quais 6961 são consideradas válidas para essa análise<sup>3</sup> (Figura 2).

---

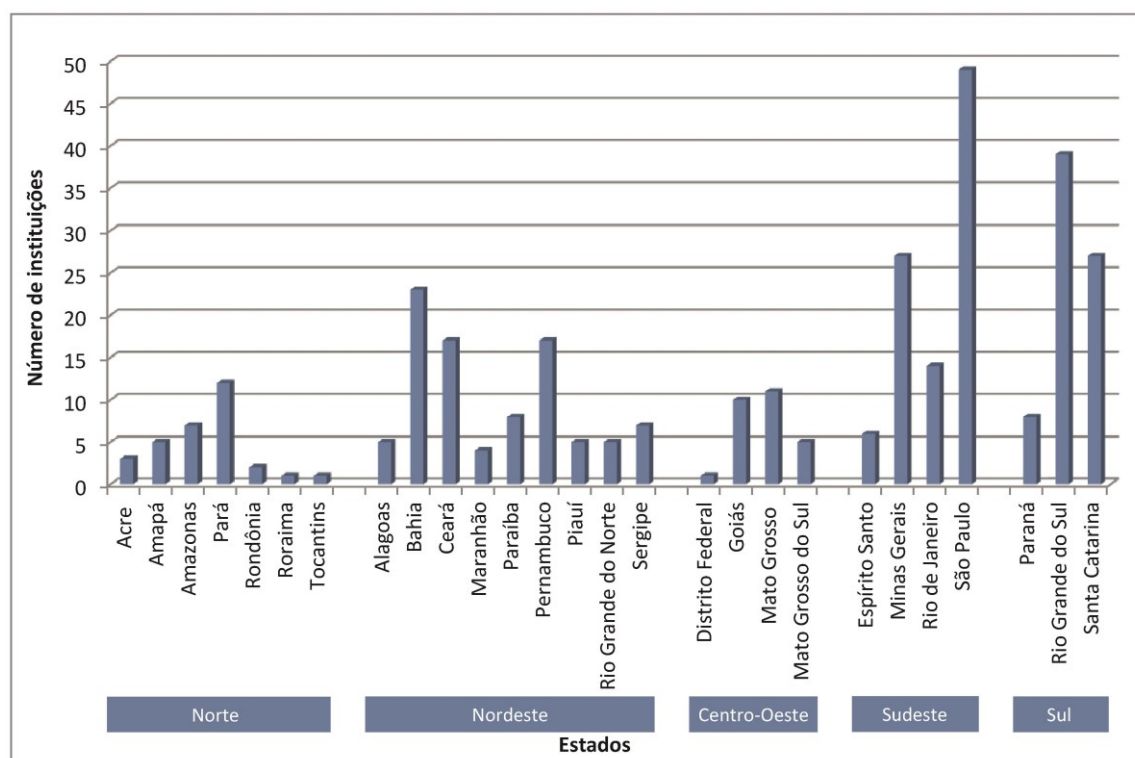
2 Os dados a respeito das pesquisas e instituições de endosso foram atualizados para o presente artigo, uma vez que na tese em Museologia abordei as informações entre 2003 e 2009 para o contexto brasileiro (MORAES WICHERS, 2010) e na tese em Arqueologia abordei dos dados entre 2003 e 2010 para o contexto paulista (MORAES WICHERS, 2011).

3 Considerei como válidas nessa análise as portarias de permissão ou autorização de pesquisa, excluindo as portarias de renovação ou prorrogação de pesquisa, que conduziriam a um desvio de leitura, pois a mesma pesquisa poderia ser contabilizada duas vezes.

**Figura 2.** Gráfico com a distribuição do número de portarias de pesquisa entre os anos de 2003 e 2013.



Essas pesquisas estiveram relacionadas a 323 instituições museológicas, as quais emitiram apoios institucionais para os estudos. Cabe lembrar que, o fato de uma instituição fornecer apoio institucional a uma pesquisa não significa que a coleção gerada por esse estudo tenha que ser salvaguardada obrigatoriamente nessa instituição. Nesse ponto, a destinação final do acervo pode ser alterada no decorrer da pesquisa, ou após a mesma, mediante autorização do IPHAN. Da mesma forma, sabe-se que nem toda pesquisa realizada resulta na detecção de um patrimônio arqueológico positivo e na geração de uma coleção a ser musealizada. Não obstante, acredito que as instituições mencionadas nas portarias podem ser compreendidas como um termômetro do contexto em pauta, uma vez que, ao serem oficialmente inseridas como instituições de endosso, deveriam estar aptas a acompanhar de forma ativa essa pesquisa, assim como a preservar esse patrimônio. Deve-se salientar que a legislação atual não oferece parâmetros para que instituições de endosso e equipes de arqueologia trabalhem de modo conjunto, sendo que as primeiras são colocadas com agentes passivos, funcionando apenas como instituições depositárias a quem cabe o ônus da guarda dos acervos (Costa, 2007)

**Figura 3.** Gráfico com a distribuição das instituições por unidade federativa

Quando distribuímos essas instituições pelas unidades federativas do país, observamos o predomínio de instituições no sudeste, nordeste e sul, o que está em consonância com o fato dessas regiões terem sido alvo de um número maior de pesquisas (ver Figura 3). Entretanto, ainda é recorrente a emissão de endossos por uma instituição inserida em determinada unidade federativa para pesquisas realizadas em outro Estado, o que significa, em teoria, o deslocamento de acervos entre unidades federativas.

Cabe analisarmos as instituições mapeadas a partir de dois eixos: a tipologia institucional (museu de arqueologia; museus de tipologias diferenciadas; laboratórios institutos e centros de pesquisa; fundações e centros culturais e outros) e a tutela administrativa (pública municipal; pública estadual; pública federal e privada).

A caracterização da tipologia das instituições que têm fornecido endossos aos estudos arqueológicos aponta um agravamento do abandono da identidade museológica, fenômeno já tangenciado há mais de uma década por Bruno (1995). Embora tenhamos um número considerável de museus, especializados ou não em Arqueologia, 45% dos endossos estão associados aos laboratórios e centros de pesquisa, configurando um desafio específico para a Musealização da Arqueologia, uma vez que sabemos que esses perfis institucionais raramente contam com o desenvolvimento da cadeia operatória museológica.

Os laboratórios, institutos e centros de pesquisa mencionados dedicam-se, sobretudo, à pesquisa em Arqueologia. Se por um lado tal associação pode trazer um incremento da produção científica, por outro, isola os vestígios arqueológicos de outras referências

patrimoniais. Ações educativas e de divulgação são realizadas em alguns desses espaços, mas a Arqueologia permanece desconectada de toda uma gama patrimonial, assim como, muitas vezes, dos territórios de origem, sem articulação com outros conjuntos cuja integração teria a potência de renovar o próprio fazer arqueológico. Ademais, como apontam Shanks e Tilley (1987/1992) os museus são os principais espaços de comunicação entre Arqueologia e Sociedade.

Quando analisamos a distribuição das portarias nas instituições de acordo com a tutela, vemos que de 40% dos acervos gerados estiveram associados a endossos institucionais privados. Nesse sentido, o abandono do modelo museológico e a 'privatização' de acervos que são Bens da União, inspira cuidados.

Cabe destacar que até o final de 2009 haviam sido documentadas 203 instituições relacionadas à emissão de endossos, no final de 2013 detectamos 323 instituições, o que equivale a um aumento de 59% de instituições envolvidas com a Musealização da Arqueologia em apenas quatro anos. Não obstante, em termos de número de endossos fornecidos por cada instituição, detectamos que 51% das pesquisas realizadas no Brasil no período analisado foram apoiados por apenas 20 instituições, ou seja, há uma concentração significativa dos endossos em algumas instituições.

No cenário contemporâneo, o aumento dos debates acerca da necessária democratização da produção do patrimônio cultural - e aí se insere o patrimônio arqueológico, tem um papel decisivo na compreensão do afastamento entre Arqueologia e Sociedade. Isso porque a expansão das pesquisas e das instituições envolvidas com o tema não têm significado a apropriação desse patrimônio pela sociedade. Avanços ocorreram, mas os desafios também aumentaram.

Como avanço destaca-se a pluralidade de experiências. Saliento também as possibilidades de profissionalização da Arqueologia, que mesmo ainda não reconhecida como profissão, oferece atualmente uma gama maior de possibilidades de exercício profissional. Esse aumento das pesquisas tem sido acompanhado por discussões acerca do papel social do arqueólogo e pela proliferação de programas de Educação Patrimonial, obrigatórios a partir da Portaria 230/02.

Outro avanço de crucial importância reside no crescente número de trabalhos acadêmicos que abordam a Musealização da Arqueologia.

Os desafios têm sido inúmeros, sobretudo no que concerne às discussões éticas relacionadas aos critérios de seleção adotados. No caso específico das pesquisas arqueológicas realizadas por arqueólogos autônomos ou empresas de Arqueologia, esses programas não são deflagrados a partir de instituições que garantam uma abordagem continuada desse fenômeno. Ao contrário, estão sujeitos às regras do mercado e fluxos do capital que nos remetem de um a outro projeto, sem possibilidade de nos determos em processos duradouros.

O relacionamento com as instituições museológicas muitas vezes não ultrapassa a troca de cartas de endosso (COSTA, 2007), agravando o quadro delineado por Bruno (1995) no que concerne ao distanciamento entre Arqueologia e Museologia.

Apenas o gerenciamento museológico dos acervos e documentações gerados pela pesquisa arqueológica possibilitará a releitura, no futuro, dessa seleção por outros agentes sociais. Daí deriva a importância da salvaguarda. Os procedimentos de documentação dos acervos pela equipe de Arqueologia devem estar em consonância com os critérios da instituição que irá 'herdar' aqueles acervos, criando uma ponte entre documentação arqueológica (gerada em campo e em laboratório) e documentação museológica.

Por sua vez, os procedimentos de comunicação museológica, atualmente associados aos Programas de Educação Patrimonial, colaboram para a transposição das barreiras entre conhecimento arqueológico e sociedade, mas poucas vezes estão associados a uma perspectiva museológica. Destarte, a falta de processos museológicos devotados à salvaguarda e comunicação do patrimônio resgatado pode perpetuar uma "estratigrafia do abandono" (BRUNO, 1995), culminando em ações pontuais e imediatistas, que não resultarão, a médio e longo prazos, na preservação do patrimônio arqueológico.

Finalizada a pesquisa e o correspondente Programa de Educação Patrimonial, o que realmente tem permanecido? Relatórios técnicos? Um acervo muitas vezes deslocado do território de origem? Alguns membros da comunidade 'capacitados' por projetos educativos?

#### EM BUSCA DE CAMINHOS: EXPERIMENTAÇÕES MUSEOLÓGICAS

Os questionamentos aqui traçados têm impulsionado profissionais, alguns reunidos na presente revista, a se debruçarem sobre o cenário contemporâneo, trazendo reflexões e proposições devotadas ao aprimoramento do uso social do patrimônio arqueológico, a partir de um viés museológico e preservacionista. Alguns desses profissionais têm se voltado, especialmente, à elaboração de propostas aplicadas de Musealização da Arqueologia.

Ao longo da minha trajetória profissional estive inserida em diversos projetos dessa natureza, compreendidos enquanto experimentações que possibilitaram um aprofundamento constante dos aspectos teóricos e metodológicos da interface Arqueologia - Museologia.

A ideia de experimentação parte aqui do próprio conceito de Musealização, entendida como experimentação de um conjunto de procedimentos voltados ao estudo, salvaguarda e comunicação dos indicadores da memória, circunscritos no horizonte patrimonial (Bruno, 1996: 2). Considero que o desenvolvimento de diferentes experimentações é fundamental para a retroalimentação dos modelos de trabalho, possibilitando a necessária interlocução entre reflexão e ação. Dessa forma, trago aqui uma síntese desses projetos, os quais esboçam os caminhos percorridos para a construção das reflexões sintetizadas nesse artigo, englobando uma diversidade considerável de contextos e atividades de espectros bastante diversificados, classificados em três grandes eixos: divulgação e sensibilização; ações educativas integradas e projetos de salvaguarda e comunicação museológica.

Alguns dos projetos de intervenção sintetizados na Tabela 2 e na Figura 4 foram detalhados nos trabalhos acadêmicos aqui abordados (MORAES WICHERS, 2010, 2011), outros são posteriores, mas evidenciam esse movimento constante entre prática e reflexão. Ademais, as categorias imputadas aos projetos se referem a ações efetivamente implantadas, isso porque alguns projetos – como a Ferrovia Transnordestina, envolveram a concepção de

propostas que abordaram toda a cadeia operatória museológica, mas cuja implantação até o momento foi apenas parcial.

**Tabela 2.** Projetos de intervenção

| Nº | Projeto de intervenção                                            | Período              | Tese onde a experimentação foi inserida |
|----|-------------------------------------------------------------------|----------------------|-----------------------------------------|
| 1  | Arqueobus - Projeto Arqueourbs Campinas 230+                      | 2004                 |                                         |
| 2  | Vila Bela Sem Fronteiras                                          | 2005 - 2008          | Moraes Wickers, 2010                    |
| 3  | Sauípe 3300 anos                                                  | 2006 - 2007          | Moraes Wickers, 2010                    |
| 4  | Redescobrimos nossa cultura                                       | 2006 - 2007          |                                         |
| 5  | Trabalho e Arte no Sertão Antigo                                  | 2007                 |                                         |
| 6  | O cotidiano dos primeiros moradores de Araxá                      | 2007                 | Moraes Wickers, 2010                    |
| 7  | Arqueologia na Praça                                              | 2008                 |                                         |
| 8  | Pirassununga: patrimônio de todos                                 | 2008                 | Moraes Wickers, 2011                    |
| 9  | De bem com o passado                                              | 2008 - 2011          | Moraes Wickers, 2011                    |
| 10 | Amigos do Patrimônio – São Miguel das Missões                     | 2009                 | Moraes Wickers, 2010                    |
| 11 | Conexão Arqueologia                                               | 2009                 |                                         |
| 12 | Redescobrimos Cubatão                                             | 2009                 | Moraes Wickers, 2011                    |
| 13 | Casa Bandeirista do Itaim Bibi                                    | 2009                 | Moraes Wickers, 2011                    |
| 14 | Expresso Educação                                                 | 2009-2010/ 2013-2014 | Moraes Wickers, 2010                    |
| 15 | Mosaico Paulista                                                  | 2010                 | Moraes Wickers, 2011                    |
| 16 | Museu de Arqueologia e Paleontologia de Araraquara - MAPA         | 2010 - em andamento  | Moraes Wickers, 2011                    |
| 17 | Diálogos - Território do Saber                                    | 2010 - em andamento  |                                         |
| 18 | Museu do Alto Sertão da Bahia - MASB                              | 2011 - em andamento  |                                         |
| 19 | Diálogos - Educação, Arqueologia, História e Patrimônio Cultural. | 2012                 |                                         |
| 20 | Trabalho e Memória                                                | 2012 - em andamento  |                                         |
| 21 | Museu Histórico e Arqueológico de Lins - MHALins                  | 2012                 |                                         |

**Figura 4.** Distribuição e categoria dos projetos de intervenção

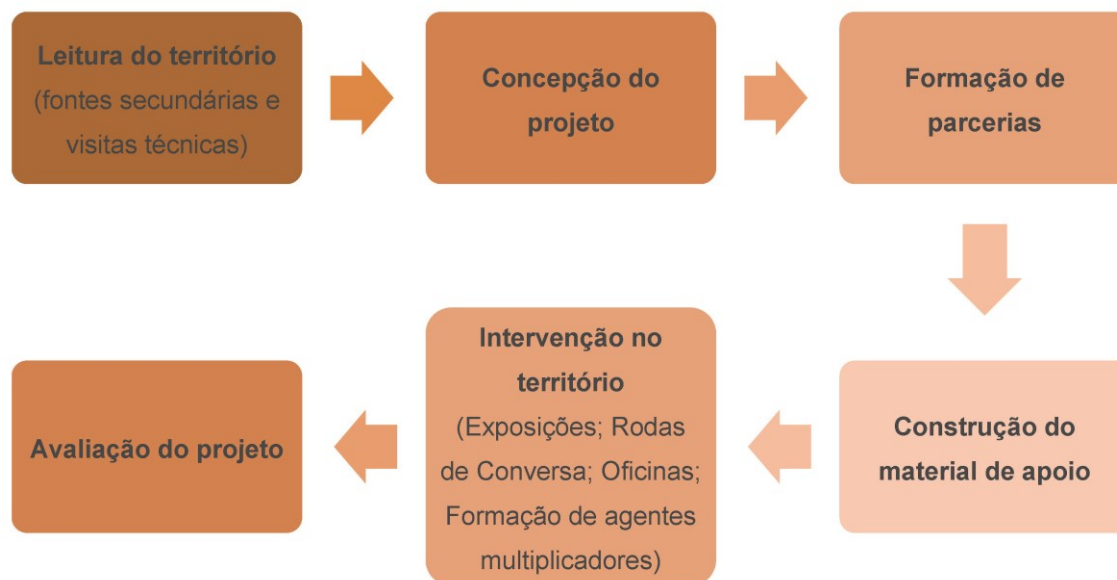
No conjunto dos projetos de “Divulgação e Sensibilização” temos a realização de projetos de intervenção urbana (Projeto Arqueourbs Campinas 230+) - envolvendo um ônibus-laboratório e uma exposição em tempo real dos objetos encontrados nas escavações no centro de Campinas, a elaboração e publicação de um livro de divulgação do patrimônio arqueológico (Mosaico Paulista) - distribuído para todos os municípios do Estado de São Paulo, a construção de exposições acompanhadas de palestras e oficinas (Pirassununga: patrimônio de todos e Conexão Arqueologia), a formação de jovens de comunidades que vivem em territórios com sítios arqueológicos rupestres (Trabalho e Arte no Sertão Antigo) e, finalmente, ações pontuais com moradores locais e trabalhadores que participaram da escavação do sítio arqueológico Casa Bandeirista do Itaim Bibi, em São Paulo. Cabe apontar que, no caso desse último projeto, foi construída uma proposta de comunicação museológica mais ampla, ainda não foi desenvolvida, tendo sido realizadas apenas ações pontuais a partir da iniciativa da equipe envolvida.

O segundo grupo de projetos, intitulados de “Ação Educativa Integrada”, envolveu perspectivas comunicacionais mais amplas, a partir de uma cadeia de planejamento, desenvolvimento e avaliação do processo educativo. Ainda que a formação de multiplicadores, entendidos como agentes da educação da memória (BRUNO, 2000), seja o fio condutor principal desses projetos, os mesmos guardam especificidades, engendradas pelas leituras dos territórios envolvidos, os quais sugeriram distintas possibilidades de interação dos vestígios arqueológicos com outros segmentos patrimoniais. O conceito de educação da memória, trazido por Bruno (2000, 2006), está relacionado à ideia de que a Museologia opera na construção de sistemas de memória, não no sentido de impedir o esquecimento, mas de operar criticamente nos processos de musealização, que contêm uma “singular responsabilidade na elaboração, preservação e educação dos sentidos e significados patrimoniais” (BRUNO, 2006: 4). Destarte, temos inventários patrimoniais (Redescobrimo Nossa Cultura), exposições em museus locais a partir de parcerias institucionais (O cotidiano dos primeiros moradores de Araxá), exposições itinerantes em espaços públicos (Arqueologia na Praça), escavações em sítios simulados (Redescobrimo Cubatão), perspectivas do turismo cultural (Diálogos - Território do Saber e Diálogos: Educação, Arqueologia, História e Patrimônio Cultural) e interação entre perspectivas da história oral na construção de narrativas polissêmicas a respeito do patrimônio arqueológico, em um programa desenvolvido em diferentes regiões do país (Memória e Trabalho).

Nesse conjunto, destaco o programa de educação patrimonial “De bem com o passado”, no âmbito do licenciamento de áreas de expansão de cultivo de cana-de-açúcar no norte paulista, o qual teve especial importância na problematização entre narrativas arqueológicas e memórias locais associadas aos grupos indígenas. Tal programa possibilitou o desenvolvimento de uma engrenagem metodológica devotada à formação de agentes multiplicadores e à construção de ferramentas de avaliação (MORAES WICHERS, 2011). Saliento também o projeto “Expresso Educação”, programa de educação patrimonial relacionado ao licenciamento da Ferrovia Transnordestina, que envolveu uma ampla leitura dos mais de sessenta municípios atingidos pela obra, a concepção de um programa de musealização – envolvendo propostas de salvaguarda e comunicação (MORAES WICHERS, 2010), e a implantação de três dentre os quinze polos indicados para as ações de comunicação museológica. Nesse sentido, assim como o projeto do Sítio da Casa do Itaim Bibi, as tensões entre preservação e desenvolvimento não possibilitaram, até o momento, o desenvolvimento desse programa em sua plenitude.

Os projetos inseridos nas categorias de “Divulgação e Sensibilização” e “Ação Educativa Integrada” estiveram associados aos denominados “Programas de Educação Patrimonial”, os quais envolvem perspectivas diversas no Brasil contemporâneo, o que aponta a necessidade de reflexões críticas sobre os mesmos (CHAGAS, 2004). As experimentações desenvolvidas demonstraram que esses programas devem partir de leituras das realidades locais, da integração dos bens arqueológicos a outras referências patrimoniais e da formação de agentes multiplicadores, em um esforço constante de construção de espaços de ressignificação daquilo que denominamos de “patrimônio arqueológico brasileiro”.

**Figura 5.** Esquema geral das etapas dos projetos de Ação Educativa Integrada. Esses projetos estão inseridos na comunicação museológica, envolvendo ações que visam uma maior continuidade, a partir do planejamento, formação de multiplicadores e avaliação. Não englobam perspectivas da salvaguarda museológica.



Por fim, o terceiro grupo de experimentações englobou ações de salvaguarda e comunicação, envolvendo, assim, toda a cadeia operatória museológica.

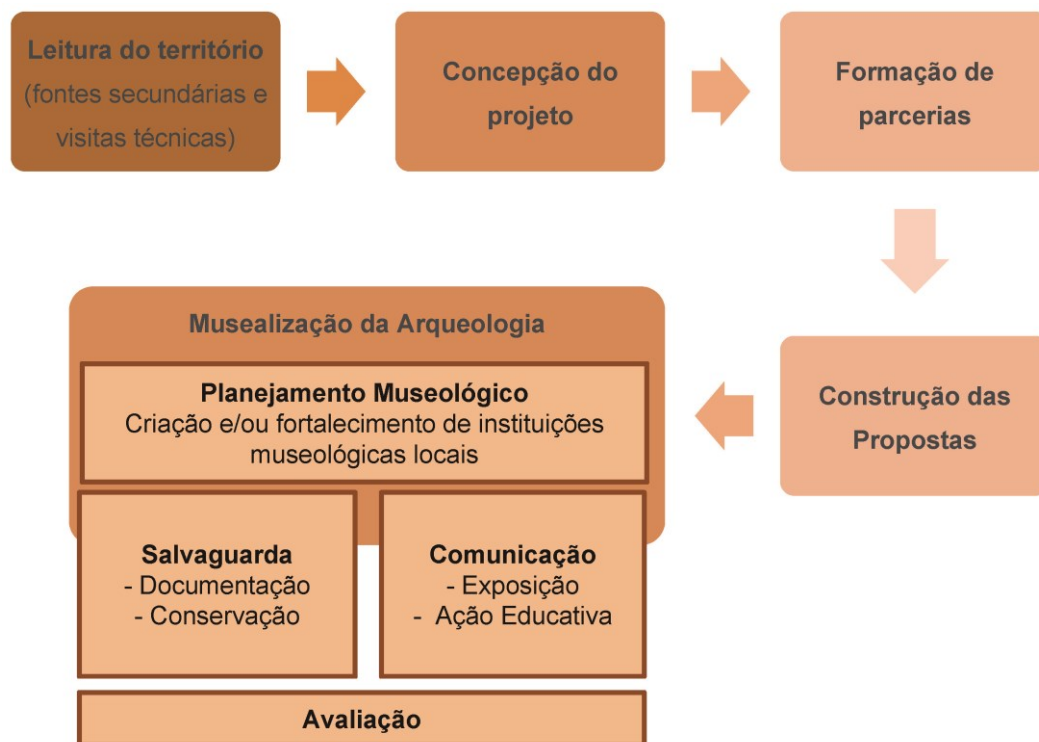
Algumas das experimentações vivenciadas, embora tenham entrelaçado ações de documentação (retomada e revisão de acervos, geração de banco de dados e implantação de laboratórios e reservas técnicas) e de comunicação museológica (construção de discursos expográficos e realização de ações educativas), não obtiveram a continuidade almejada (Vila Bela Sem Fronteiras, Sauípe 3300 anos e Amigos do Patrimônio – São Miguel das Missões). Acredito que a falta de um planejamento museológico mais amplo acabou afetando esses processos.

Nesse sentido, tenho investido na construção de planos museológicos colaborativos em processos de Musealização da Arqueologia, visando à integração efetiva dos atores locais (Museu de Arqueologia e Paleontologia de Araraquara – MAPA; Museu Histórico e Arqueológico de Lins – MHALins e Museu do Alto Sertão da Bahia – MASB).

No caso do MAPA, um museu municipal gerido por uma fundação e com ligação expressiva com o contexto universitário, tem sido possível acompanhar uma instituição que nasceu e cresceu impulsionada pelos denominados endossos institucionais. Esse museu tem demonstrado que as barreiras a serem superadas para a constituição de polos regionais de Musealização da Arqueologia ainda são inúmeras. Vulnerabilidade institucional, envolvimento ainda tímido dos diversos segmentos da sociedade, documentação precária dos acervos que chegam via apoio institucional, foram alguns dos pontos detectados. Não

obstante, o planejamento museológico engendrou uma maior aproximação com a sociedade e o fortalecimento institucional, bem como a construção de uma ‘exposição processo’.

**Figura 6.** Esquema geral das etapas dos projetos de comunicação e salvaguarda museológica.



No MHALins, um museu municipal especializado nas áreas de Arqueologia, História e Antropologia, fruto de um processo de cinco anos, a participação foi sempre o eixo das ações (ALFONSO E HATTORI, 2012), o que facilitou um planejamento museológico comprometido com a mudança social. Nesse caso, o principal desafio tem sido o cumprimento das ações planejadas coletivamente.

O projeto de intervenção relacionado ao MASB, ainda em andamento no Alto Sertão da Bahia, tem se constituído em uma proposta inovadora de Musealização da Arqueologia, dado o seu caráter coletivo e a ênfase em um planejamento de longo termo. Ainda que a Arqueologia tenha um papel importante na configuração do acervo institucional do museu, optou-se pelo modelo museológico de Museu de Território, com a implantação de uma sede e dez núcleos museológicos. Com o envolvimento de mais de 2400 pessoas em sua construção, o MASB coloca-se como processo coletivo devotado à mudança social.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

No contexto brasileiro contemporâneo, entendo a interface Arqueologia – Museologia como potencializadora da aproximação entre sociedade e prática arqueológica. No escopo dessa interface destaco a integração entre perspectivas das Arqueologias Pós-Processuais com a Sociomuseologia,

visto que ambas evidenciam o caráter político do patrimônio, preocupando-se como as formas de seleção e com os usos dos bens patrimoniais, ou seja, com a antropofagia arqueológica e museológica. Em termos metodológicos, a compreensão da realidade arqueológica – conformada por sítios, coleções e narrativas, e do território patrimonial são cruciais para o desenvolvimento de processos de Musealização da Arqueologia.

Como caminho de aproximação entre Arqueologia e Museologia, destaco a crescente produção acadêmica no escopo da denominada “Musealização da Arqueologia”, assim como as experimentações desenvolvidas pelos profissionais da área, as quais envolvem uma integração constante entre reflexão e ação, possibilitando a retroalimentação das teorias e engrenagens metodológicas.

As experimentações aqui sintetizadas, ao partirem da interface Arqueologia-Museologia, evidenciam distintas possibilidades de trabalho. Os projetos classificados como “Divulgação e Sensibilização” ou “Ações Educativas Integradas” correspondem a ações que privilegiam pontos específicos da cadeia operatória museológica: os primeiros corresponderiam a ações de comunicação com ênfase na Divulgação Científica, cujo objetivo é divulgar a pesquisa e sensibilizar a comunidade; os segundos projetos têm maior atenção nas ações educativas integradas, envolvendo leituras do território, intervenção propriamente dita e avaliação do processo educativo. Os projetos de salvaguarda e comunicação museológica, por seu turno, envolvem toda a cadeia operatória museológica, evidenciando ainda, o papel do planejamento museológico participativo como campo de ressignificação da prática arqueológica.

A aproximação entre patrimônio arqueológico e sociedade encontra, assim, no diálogo com a Museologia e com os Museus – entendidos como um dos cenários do fazer museológico, um amplo campo de possibilidades. Um campo que potencializa a abertura de nossas seleções, coleções e narrativas para os diversos segmentos da sociedade. Para que esse patrimônio ‘faça sentido’ no presente, sendo questionado, apropriado e reapropriado por diversos atores sociais. Afinal, parafraseando, Funari (2001), quem se beneficia da prática arqueológica?

Acredito que quando mais segmentos sociais se favorecerem dessa prática, a partir da atuação integrada de uma Arqueologia engajada e ativista com uma Museologia crítica e libertadora, a almejada sustentabilidade dos processos de musealização será uma realidade, posto que as coleções e narrativas construídas serão socialmente relevantes para além dos nossos próprios interesses.

## AGRADECIMENTOS

Aos atores comunitários que participaram das experimentações aqui sintetizadas. A toda equipe da Zanettini Arqueologia, por proporcionar uma prática arqueológica e museológica crítica e reflexiva. À Cristina Bruno, pelo aprendizado e troca constante.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ABREU, R. 2007. Museus, patrimônios e diferenças culturais. IN: ABREU, Regina; CHAGAS, Mário; SANTOS, Myrian S. (Orgs.). (2007). *Museus, coleções e patrimônios: narrativas polifônicas* (1º ed.). Rio de Janeiro: Garamond, MinC/ IPHAN/ DEMU, pp.114-125.
- ALFONSO, L. P. e HATTORI, M. L. 2012. Território e apropriação no Noroeste Paulista: educação e implantação do Museu Histórico e Arqueológico de Lins. IN: CURY, M.X. et al. *Questões indígenas e museus. Debates e possibilidades*. MAE/USP; SEC, São Paulo. Pp. 151-162.
- BRUNO, M. C. O. 1995. Musealização da Arqueologia: um estudo de modelos para o Projeto Paranapanema. Tese de Doutorado, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, São Paulo.
- BRUNO, M. C. O. 1996. Museologia: algumas ideias para a sua organização disciplinar. *Cadernos de Sociomuseologia*, n.9. Lisboa: Edições Universitárias Lusófonas.
- BRUNO, M. C. O. 2000. A luta pela Perseguição ao Abandono. Tese de Livre Docência, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, São Paulo.
- BRUNO, M. C. O. 2006. Museus e pedagogia museológica: os caminhos para a administração dos indicadores da memória. IN: MILDRE, S.E.S. *As várias faces do patrimônio*. Santa Maria: Pallotti, pp. 119-140.
- BRUNO, M. C. O. 2007. Musealização da Arqueologia - alguns subsídios. Texto digitado.
- CABRAL, L. O. 2007. Revisitando as noções de espaço, lugar, paisagem e território, sob uma perspectiva geográfica. *Revista de Ciências Humanas*, Florianópolis, EDUFSC, v. 41, n. 1 e 2. Pp. 141-155.
- CHAGAS, M. 2004. Diabruras do saci: museu, memória, educação e patrimônio. *MUSAS, Revista Brasileira de Museus e Museologia*. Rio de Janeiro, v.1, n.1.
- CHAGAS, M. 2005. Museus: antropofagia da memória e do patrimônio. *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*, n.31, pp.15-25.
- COSTA, C. A. S. 2007. A legalidade de um equívoco: acerca dos processos legais para a guarda de materiais arqueológicos em instituições museais. *Anais do XIV Congresso da Sociedade de Arqueologia Brasileira*, Florianópolis, 2007 (Cd-Rom).
- FERREIRA, L. M. 2002. Vestígios de civilização: a arqueologia no Brasil Imperial (1838-1877). Dissertação de Mestrado, Universidade Estadual de Campinas, Campinas.
- FERREIRA, L. M. 2007. Território primitivo: a institucionalização da Arqueologia no Brasil (1870-1917). Tese de Doutorado, Universidade Estadual de Campinas, Campinas.
- FRANCO, M. I. M. 2009. Museu da Cidade de São Paulo: um novo olhar da Sociomuseologia para uma megacidade. Tese de Doutorado, Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias, Lisboa.
- FUNARI, P. P. de A. e ROBRAHN-GONZÁLEZ, E. M. 2008. Ética, capitalismo y Arqueología Pública en Brasil. In: ZARANKIN, Andrés e ACUTO, Félix A. (Eds). (2008). *Sed non satiata II: acercamientos sociales en la arqueología latinoamericana*. Córdoba: Encuentro Grupo Editor. Pp.81-92.
- FUNARI, Pedro Paulo de Abreu. 2001. Public archaeology from a Latin American perspective. *Public Archaeology*. London: James e James Science Publishers, v. 1. Pp. 239-243.
- GNECCO, C. 2008. Manifesto moralista por uma arqueologia reaccionaria. IN: ACUTO, Félix A. e ZARANKIN, Andrés (Eds). (2008). *Sed non satiata II: acercamientos sociales en la arqueología latinoamericana*. (1ª ed.). Córdoba: Encuentro Grupo Editor, pp.93-102.
- GNECCO, C. 2009. Caminos de la Arqueología: de la violencia epistémica a la relacionalidad. *Bol. Mus. Para. Emílio Goeldi. Ciências Humanas*, Belém, 1 (4), pp. 15-26.
- GUARNIERI, W. R. C. 1990. Conceito de cultura e sua inter-relação com o patrimônio cultural e a preservação. *Cadernos Museológicos*, n. 3.
- MENESES, U. T. B. de. 1987. Identidade Cultural e Arqueologia IN: *Cultura Brasileira, Temas e Situações*, Série Fundamentos, São Paulo: Ática.
- MORAES WICHES, C. A. de. 2010. Museus e Antropofagia do Patrimônio Arqueológico: (des) caminhos da prática brasileira. Tese de Doutorado, Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias, Lisboa.
- MORAES WICHES, C. A. de. 2011. Patrimônio Arqueológico Paulista: proposições e provocações museológicas. Tese de Doutorado, Museu de Arqueologia e Etnologia da Universidade de São Paulo, São Paulo.
- MOUTINHO, M. 1993. Sobre o conceito de Museologia Social. *Cadernos de Sociomuseologia*, n°1. Lisboa: Edições Universitárias Lusófonas.
- MOUTINHO, M. 2007. *Definição evolutiva de Sociomuseologia*. Atelier Internacional do MINOM, Lisboa/ Setubal, 2007.
- POMIAN, K. 1984. Coleção. IN: *Enciclopédia Einaudi. v. I Memória – História*. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda. 1º ed., pp. 51-86.

- RECHENA, A. M. D. 2011. Sociomuseologia e Gênero: imagens da mulher em exposições de museus portugueses. Tese de Doutorado, Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias, Lisboa.
- REIS, J. A. dos. 2004. Não pensa muito que dói - um palimpsesto sobre teoria na Arqueologia brasileira. Tese de Doutorado, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas, Campinas.
- SANTOS, M. 2005. *O retorno do território*. OSAL - Observatório Social de América Latina, Ano 6, n.16, Buenos Aires: CLACSO. Pp.251-261.
- SANTOS, M. C. M. M. 2011. Musealização em Projetos de Arqueologia Consultiva: perspectivas patrimoniais para a Estrada de Ferro Carajás (MA/ PA). Tese de Doutorado, Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias, Lisboa.
- SANTOS, M. C. T. M. 2008. A aplicação da Museologia ao contexto brasileiro: a práxis e a formação. IN: SANTOS, Maria Célia Teixeira Moura. *Encontros Museológicos - reflexões sobre a museologia, a educação e o museu*. Rio de Janeiro: MinC/IPHAN/ DEMU, pp.175-228. (Texto apresentado original em 2004).
- SHANKS, M. e TILLEY, C. 1988. *Social Theory and Archaeology*. Albuquerque: University Of New Mexico Press.
- SHANKS, M. e TILLEY, C. 1992. *Re-Constructing Archaeology*. London e New York: Routledge (Publicado Original 1987).
- SHANKS, M. 2004. From a postprocessual to a symmetrical archaeology. Disponível em: <http://traumwerk.stanford.edu:3455/symmetry/822>. Acessado em 2 de Dezembro de 2010.